

ENCONTRO NACIONAL DE **CORREGEDORIAS**

BRASÍLIA • DF

A PERÍCIA MÉDICA NO PAD

Bernardo Corrêa Cardoso Coelho

POUPEX

CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO



Perícia Médica no PAD

Lei nº 8.112/90

Art. 156. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

Art. 160. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.

Parágrafo único. O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

Exame de Sanidade Mental

Objetivos

Determinar se o acusado pela prática de uma infração disciplinar possuía a capacidade de entender a ilicitude de seus atos e de se autodeterminar:

- 1) Por ocasião da prática da infração (inimputabilidade);
- 2) No momento em que responde ao PAD (incapacidade superveniente)



Inimputabilidade

Ausência de previsão no Direito Disciplinar

Adoção do conceito analítico de crime

 Art. 26 do CP

"É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento."

Estrutura Tripartite da Inimputabilidade



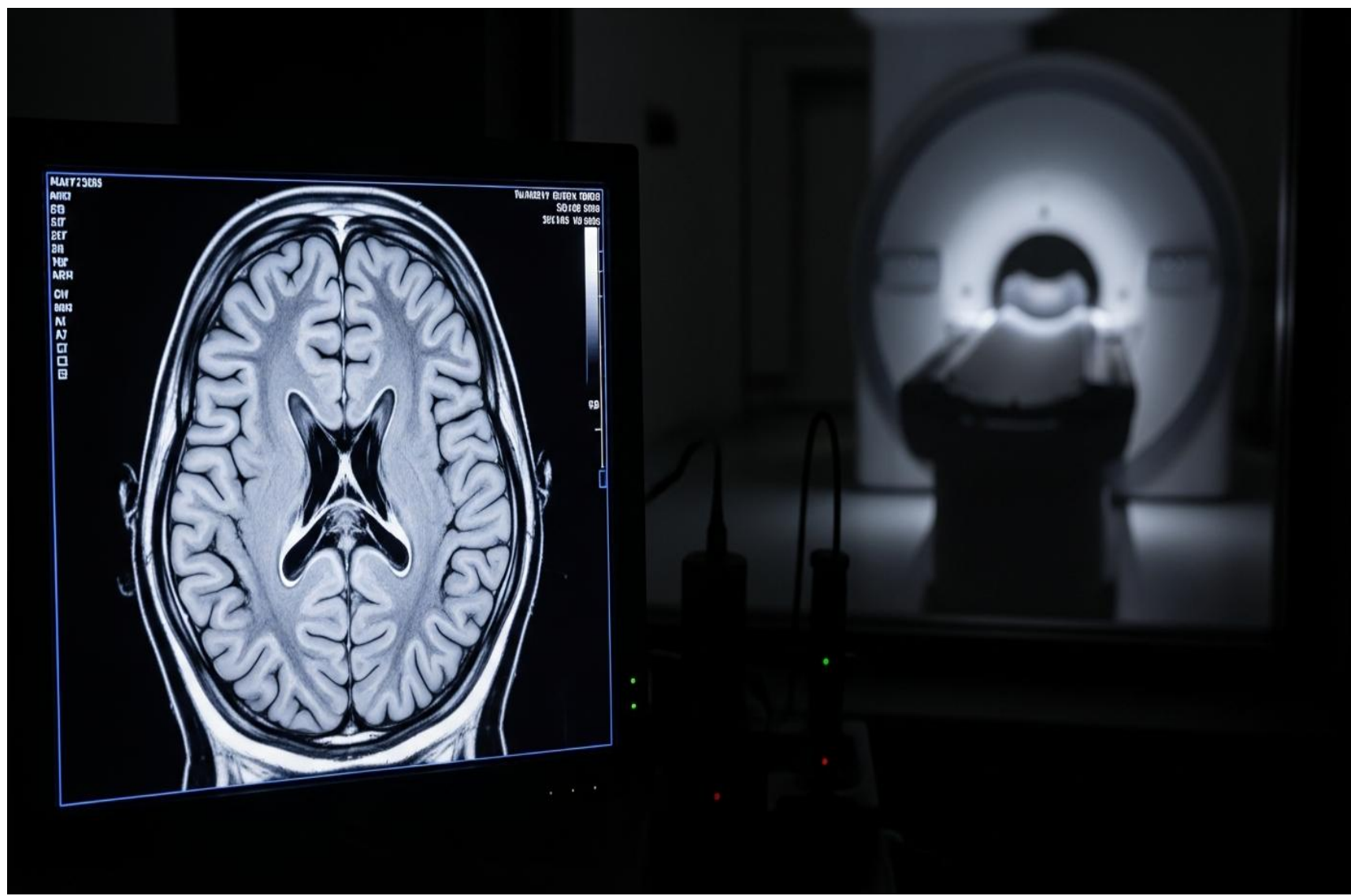
Requisito Clínico



Requisito Psicológico

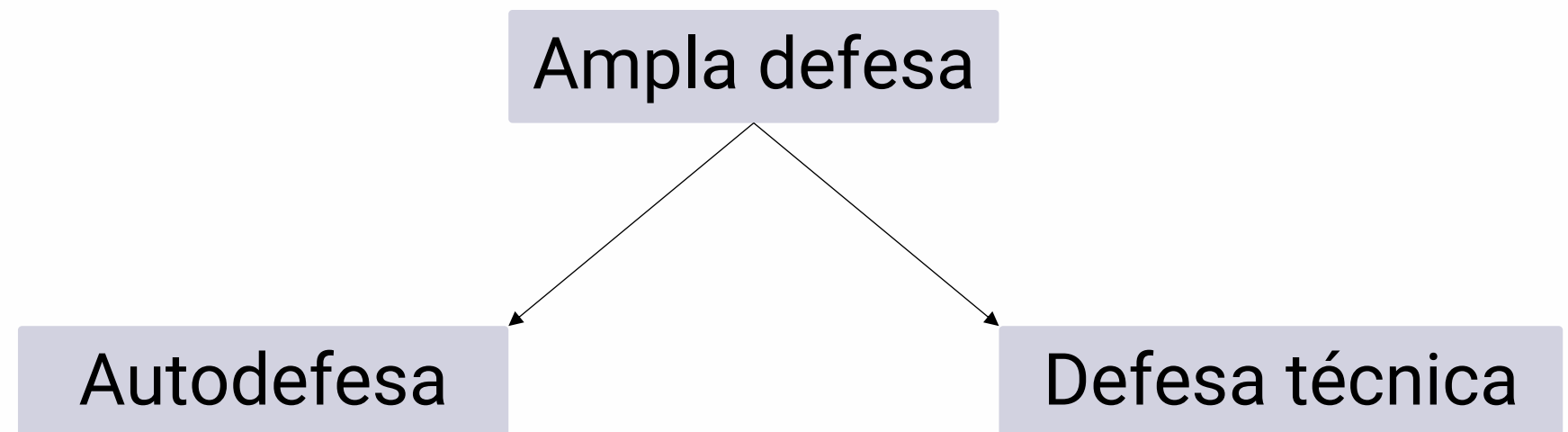


Requisito Temporal



A Incapacidade Superveniente

Perda da capacidade de praticar atos processuais de forma ampla e independente.



Distinções Cruciais: Conceitos que Não se Confundem




Aspecto	Inimputabilidade (Art. 26, CP)	Incap. Superveniente (Art. 152, CPP)
Conceito	Exclusão da culpabilidade; ausência de capacidade de discernimento.	Impossibilidade de exercer atos processuais válidos.
Momento de Análise	À época dos fatos que geraram o PAD.	No momento do processo (superveniente ou preexistente).
Efeito Jurídico	Exclui a infração disciplinar; PAD deve ser arquivado.	Não exclui a infração.
Consequência Prática	Servidor não é punível pela conduta.	PAD suspenso até recuperação do acusado.

Momento processual para a instauração

- ☐ Fase pré-processual
Art. 149, §1º do CPP
- ☐ Durante a instrução probatória
Art. 160 da Lei nº 8.112/90
- ☐ Durante o julgamento
NTs CGUNE/DICOR/CRG/CGU nºs 1707/2020 e 2504/2024



Iniciativa para a instauração do incidente

-  Comissão de PAD
Art. 160 da Lei nº 8.112/90
-  Acusado
Art. 149 do CPP
-  Autoridade julgadora
NTs CGUNE/DICOR/CRG/CGU nºs 1707/20220 e 2504/2024

Requisito: a dúvida razoável



Não basta mera alegação: indícios concretos, objetividade e verificabilidade (RMS 27952/DF – STJ)



Possibilidade de indeferimento – prova pericial



Enunciado CGU nº 12

Suspensão Processual

Art. 149, §2º do CPP

§ 2º O juiz nomeará curador ao acusado, quando determinar o exame, **ficando suspenso o processo**, se já iniciada a ação penal, salvo quanto às diligências que possam ser prejudicadas pelo adiamento.

Art. 152, §2ª CPP

"§ 2o O processo retomará o seu curso, desde que se restabeleça o acusado, ficando-lhe **assegurada a faculdade de reinquirir as testemunhas que houverem prestado depoimento sem a sua presença**.



Perícias Médicas no PAD

Composição da Junta, Documentação, Quesitos, etc

A Junta Médica Oficial

1

Composição da Junta

- Decreto nº 7.003/2009
(alterado pelo Decreto nº 11.255/2022;
- NT CGUNE/DICOR/CRG/CGU nº 2236/2024
- 1 psiquiatra
- Terceiro médico

2

Local de realização do exame

- Domicílio do servidor;
- NT nº 29150/MP

3

Documentação para o exame

- Pronutários;
- Prescrições;
- Receituários;
- Relatórios médicos.;
- Exames médicos.

A Perícia: Os Requisitos e os Quesitos



Laudo pericial

Objetivo: identificar doença mental e seus impactos.



Quesitos

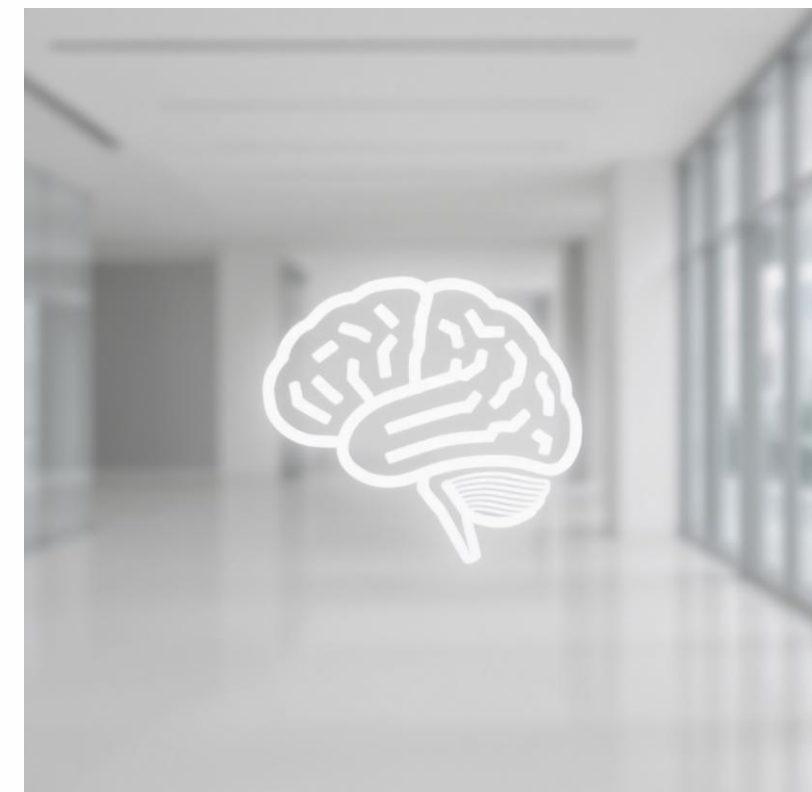
Modelo SIASS x Modelo RUMO

Quesitos 1 e 2: Existência de Transtorno Mental

- O servidor é portador de doença mental?
- O servidor possui desenvolvimento mental incompleto ou retardado?

Quesitos 3 e 4: Elemento temporal e Duração

- Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, é ela anterior ou superveniente à suposta infração?
- Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, é a moléstia irreversível, reversível ou episódica? Qual é a espécie nosológica? (CID-11 ou DSM-5)



Quesito 5: Entendimento e Autodeterminação

- Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, era o servidor, ao tempo do fato narrado no processo capaz de entender-lhe o caráter ilícito e/ou de determinar-se de acordo com esse entendimento?

Quesito 6: Capacidade de Fato

- O servidor possui atualmente plena capacidade de responder, na condição de acusado, a processo disciplinar?

Quesito 10: Reversibilidade do Quadro

- Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, há alguma expectativa de melhora, de modo que possa vir a acompanhar o processo e ser interrogado?

Quesito 11: Reavaliação

- Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, o servidor necessita de reavaliação médica? Qual é a data limite?

Efeitos Distintos Conforme Resultado do Exame de Sanidade Mental em PAD

Resultado da Perícia	Impacto na Infração Disciplinar	Efeito na Condução do PAD	Consequência Final
1. Inimputabilidade Comprovada (doença grave + nexo temporal + incapacidade total de discernimento)	Não há infração disciplinar (ausência de culpabilidade).	Arquivamento do PAD.	Servidor não sofre sanção.
2. Imputabilidade Comprovada	Há infração disciplinar (se comprovados os demais elementos).	Retomada normal do PAD.	Processo prossegue para julgamento e eventual sanção.
3. Semi-Imputabilidade (capacidade de discernimento reduzida)	Há infração disciplinar	Retomada normal do PAD.	Processo prossegue para julgamento e eventual sanção.
4. Incapacidade Processual Superveniente (doença surgiu/agravou-se após os fatos)	Há infração disciplinar (se comprovados os demais elementos).	PAD suspenso até restabelecimento.	Aplicação de sanção (se houver), ou manutenção da suspensão até restabelecimento.

Outras Perícias Médicas

O Direito ao Adiamento de Atos Processuais



Fundamento

Princípios do contraditório e da ampla defesa



Base normativa

Art. 362, II do CPC
Art. 457, §1º do CPP



Ônus

Defesa
Atestados (impossibilidade, prazo)



Exame pericial

Possibilidade

Obrigado!

E-mail: bernardo.coelho@cgu.gov.br